

Partidos políticos e opinião pública: a luta entre aparelho partidário e caciquismo dentro do Partido Regenerador (1870-1910)

Political parties and public opinion: the struggle between party apparatus and caciquism in the «Regenerador» Party (1870-1910)

PATRÍCIA GOMES LUCAS

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de História Contemporânea

patricia.gomes.lucas@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6070-0816>

Texto recebido em / Text submitted on: 24/11/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 10/07/2020

Resumo. Durante a segunda metade do século XIX, o Partido Regenerador foi um elemento fundamental da política portuguesa, com intervenção governativa e parlamentar significativa. Neste artigo debruçamo-nos sobre o aparelho partidário e a imprensa afeta ao Partido Regenerador, elaborando um estudo de caso da relação dos Regeneradores com a opinião pública. Recorremos ainda aos sistemas de informação geográfica, obtendo uma representação gráfica da dispersão do partido no território nacional, que contribui para a sua análise espacial. Procura-se, assim, perceber se existia uma rede de centros locais, e se estes tinham uma ação sólida na mobilização de apoios para o partido; e se os jornais oficiais do Partido Regenerador obedeciam a uma estratégia coerente da parte da liderança partidária. Argumentamos ainda, recorrendo a documentação inédita, que a relevância deste tipo de meios de comunicação com o eleitorado foi enfraquecida face ao uso recorrente e eficácia do caciquismo na política portuguesa.

Palavras-chave. Partido Regenerador, opinião pública, imprensa, aparelho partidário, caciquismo.

Abstract. During the second half of the 19th century, the «Regenerador» Party was a fundamental element of Portuguese politics, with significant governmental and parliamentary intervention. In this article we focus on the party apparatus and the press assigned to the Regenerating Party, producing a case study of the relationship of the Regenerators with public opinion. We also applied geographic information systems, obtaining a graphic representation of the dispersion of the party in the national territory, which contributes to its spatial analysis.

In this way, one tries to understand if there was a network of local centres, and if they had a solid action in mobilizing support for the party; and whether the official newspapers of the Regenerating Party followed a coherent strategy from the party leadership. We argue, using unpublished documentation, that the relevance of this type of media in the communication with the electorate was weakened considering the recurring use and effectiveness of caciquism in Portuguese politics.

Keywords. «Partido Regenerador», public opinion, press, party apparatus, caciquism.

Os Regeneradores e a opinião pública

As dinâmicas da opinião pública, da imprensa e dos partidos políticos relacionaram-se de forma significativa no Portugal oitocentista. No contexto social da época, em que o analfabetismo era expressivo e a ligação entre a política e a população decorria em moldes muito específicos, o estudo dos mecanismos utilizados pelos grupos políticos para chegar ao potencial eleitorado é relevante para a perceção das formas de fazer política antes do surgimento de partidos de massas.

O caso do Partido Regenerador, abordado neste artigo, torna-se especialmente relevante pelas características intrínsecas deste grupo político, que marcaram toda a sua história. O Partido Regenerador foi uma organização política portuguesa da segunda metade do século XIX e início do século XX, cujo aparecimento esteve intimamente ligado com as transformações políticas que se seguiram ao golpe da Regeneração, em 1851, nomeadamente com a doutrina de consenso e convergência de diferentes setores. Os Regeneradores ocuparam o governo em vários momentos ao longo da Monarquia Constitucional, com particular relevância a partir da década de 1870, tornando-se intervenientes centrais do Rotativismo português. Foram, no contexto da política portuguesa da época, claros representantes do modelo do “partido de notáveis” ou “partido de quadros”, tipologias abundantemente estudadas pela historiografia e pela ciência política (WEBER 1979: 48-49; DUVERGER 1970: 35).

Apesar de ser comumente reconhecido pela historiografia como representante do setor conservador dentro do liberalismo monárquico da época, o Partido Regenerador foi responsável por diversas medidas de caráter eminentemente inovador – nomeadamente o Código Administrativo de 1878, a Lei Eleitoral de 1878 e o Ato Adicional à Carta Constitucional de 1885¹ –, sendo por isso debatível a delimitação ideológica que dele tem sido feita (PRAÇA 1997: 56; SOUSA 1983: 159). A agravar essa indefinição ideológica do Partido Regenerador encontra-se o facto de o seu primeiro e único programa político ter sido apresentado apenas em janeiro de 1910, o que torna decisivas para a investigação historiográfica as formas de comunicação da mensagem política e de relação com a opinião pública (SOUSA 1912: 117-145).

Nos anos finais da Monarquia Constitucional, os Regeneradores – à ima-

¹ O Código Administrativo de 1878 dava significativos poderes aos órgãos periféricos, especialmente às Juntas Gerais de Distrito, sendo de tal forma inovador que foi recuperado pelo primeiro governo Republicano (CAETANO 1935); a lei eleitoral de 1878 foi a mais democratizante da história da Monarquia Constitucional, atribuindo o direito de voto a todos os homens com mais de 21 anos que fossem chefes de família, o que quase duplicou o censo (MÓNICA 1996: 1039-1084); o Ato Adicional à Carta Constitucional pôs fim ao patriato hereditário e criou o patriato eletivo (FERNANDES 2012: 563-583).

gem de outros grupos políticos da época – enfrentaram um processo de fragmentação interna, que contribuiu para o seu desaparecimento total depois da implantação da República, em outubro de 1910.

O presente estudo, recorrendo especialmente à imprensa política e a documentação de arquivo maioritariamente inédita, em particular do Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, pretende avaliar, numa perspetiva mais ampla, o grau da ligação entre o Partido Regenerador e a opinião pública. Colocamos, nesse sentido, as seguintes questões: os jornais oficiais do Partido Regenerador obedeciam a uma estratégia coerente da parte da liderança partidária, ou a sua dispersão territorial era regida por indicações regionais e pessoalistas? Existia realmente uma rede de centros locais do Partido Regenerador, com uma ação sólida na mobilização de apoios para o partido? E qual era a relevância destes meios de comunicação com o eleitorado face ao uso recorrente do caciquismo na política portuguesa?

Jornais partidários oficiais

A opinião pública é um conceito estudado para períodos tanto anteriores como posteriores ao que aqui consideramos (ALVES 2000; SARDICA 2012: 344-368). Não deixa, contudo, de ter um caráter ambíguo, pelos mecanismos complexos que a constituíam. A oralidade desempenhava um papel relevante e difícil de identificar, através de leituras públicas, da partilha de informações em espaços de sociabilidade, de comícios e *meetings*, que se haveriam de tornar cada vez mais comuns. Os panfletos, manifestos e proclamações eram também uma forma de espalhar a mensagem política e apelar à mobilização popular. A opinião pública foi, ao longo do século XIX, alargando o seu alcance e os tipos de população envolvidos, tornando-se progressivamente menos uma realidade exclusiva das elites.

A imprensa era, em meados do século XIX, o principal veículo da mensagem política que a documentação nos permite seguir. Continuava, ainda assim, condicionada por fatores que limitavam a difusão da mensagem política, sendo o primeiro e mais relevante o grau de analfabetismo da sociedade: em 1864 cerca de 88% da população era analfabeta; este número tendeu a diminuir ao longo das décadas seguintes mas, em 1900, ainda rondava os 78% (MARQUES e SOUSA 2003: 182)². Também as condicionantes económicas reduziam o

² Ocorre, porém, que o analfabetismo nas zonas urbanas era sempre menor – Rui Ramos afirma que “cerca de metade a três quartos dos indivíduos que sabiam ler viviam nas cidades e nas vilas” – pelo que se compreende que a imprensa tenha obtido melhores resultados nos espaços citadinos (RAMOS 1988: 1072).

alcance de uma parte da população aos conteúdos jornalísticos, uma vez que o preço dos jornais era muitas vezes incomportável³. Disto decorre que, até bastante tarde, a imprensa periódica era um meio de comunicação utilizado essencialmente entre elites.

No que concerne à forma como os jornais chegavam aos leitores, a grande maioria dos jornais era publicada em Lisboa, deixando a população das províncias com poucas opções, e conduzindo a que recebessem as notícias com um atraso significativo (TENGARRINHA 1989: 186).

Fora dos grandes centros urbanos, a imprensa regional, para além de reduzida, enfrentava dificuldades em consolidar-se, dado o menor público ao qual se podia dirigir, e à menor dinâmica da sociedade. Por vezes, os jornais regionais limitavam-se a republicar textos dos periódicos lisboetas, mas a lentidão do envio de informações para algumas regiões desatualizava por completo a relevância das notícias.

A situação viria a sofrer alterações a partir de meados do século XIX, especialmente, depois de 1864, com a fundação do *Diário de Notícias*, o primeiro jornal português de grande alcance em termos de público. O jornal tinha um preço reduzido (10 réis), era vendido em espaços públicos, graças à utilização dos famosos “ardinas”, e era composto numa escrita simples, que facilitava a leitura. O *Diário de Notícias* tinha ainda a particularidade de ser “um jornal que proclamava a sua isenção em termos políticos”, pelo que não dependia de apoios de figuras ligadas à política portuguesa, uma inversão face aos muito comuns jornais de opinião, “que traduziam as batalhas travadas no domínio político” (MIRANDA 2002: 23-26; TENGARRINHA 1989: 215).

Apesar dessas dificuldades, os anos que se seguiram ao golpe da Regeneração foram “a grande época de florescimento do jornalismo” em Portugal (TENGARRINHA 1989: 184). Em 1851 e 1866 surgiu nova legislação, que garantia um progressivo aumento da liberdade de imprensa e da redução das limitações à publicação de textos políticos (*Diário do Governo*, 24 maio de 1851 e 17 de maio de 1866). A imprensa política, que vinha de décadas anteriores – particularmente do período entre 1820 e 1823 – ganhou assim um novo fôlego, ao qual não foi alheio o interesse das organizações políticas em garantir meios de expressão das suas ideias: a imprensa era um espaço de debate com uma audiência mais vasta do que as galerias do Parlamento.

Num primeiro momento, procurámos identificar as publicações periódicas ligadas ao Partido Regenerador, traçando ao longo dos anos uma série de jornais

³ A maioria dos jornais lisboetas custava entre 40 e 60 réis, aos quais se juntavam os custos de expedição quando se tratava de exemplares enviados para outras localidades. Para um termo de comparação, diferentes salários de profissões urbanas e rurais podem ser encontrados em MARTINS 1997: 486-487.

que apoiavam, de forma mais ou menos direta, este grupo político e os governos que liderou. Focámos, posteriormente, a investigação nos jornais oficiais do partido, ou seja, maioritariamente aqueles que, como principal garantia da sua ligação explícita à organização, referiam em título ou subtítulo a condição de órgãos Regeneradores em determinada localidade. Neste ponto da investigação enfrenta-se ainda o obstáculo da pouca solidez partidária da época: o mesmo jornal, em diferentes momentos, pode ter apoiado diferentes grupos políticos. A ocorrência de cisões dentro dos partidos levava consigo jornais, pela ligação próxima que as publicações muitas vezes tinham com determinadas figuras. A existência de um público reduzido para muitos dos periódicos levava-os a depender de apoios financeiros, que por vezes só eram possíveis em troca de espaço nas suas páginas para defender as ideias de um partido político. Esta relação íntima entre jornalismo e política era comum na época e considerada não só normal como benéfica para ambas as partes.

Por vezes, eram os próprios redatores do jornal a oferecer os seus serviços para a propaganda de um partido. Exemplo disso é a correspondência recebida por Fontes Pereira de Melo, de A. G. Ferreira de Castro, a respeito do patrocínio Regenerador para um periódico: “Excusado é repetir aqui o que já disse a V. Ex.^a em Lisboa com respeito ao Jornal da Noite, nem relembrar os sentimentos de respeito e gratidão que me levaram a oferecer espontaneamente a V. Ex.^a a direcção da política do jornal, representada por pessoa que merecesse a confiança de V. Ex.^a e que de V. Ex.^a recebêsse as instruções precisas” (BNP, Res., CFPM, cx. 1, doc. 2, carta de A. G. Ferreira de Castro para Fontes Pereira de Melo)⁴. Esta associação entre os jornais e os partidos traduz-se também numa forma de acesso às ideologias partidárias defendidas, algo relevante neste caso pela ausência de um programa partidário.

No que se refere aos jornais oficiais do Partido Regenerador, o seu período de publicação manteve-se numa média de 5 anos, para o continente, e de cerca de 3 anos para as ilhas, o que é revelador da pouca duração da grande maioria destes periódicos (LUCAS 2019: vol. II, 41-44)⁵. A publicação destes jornais nem sempre era regular, e tinham um carácter essencialmente regionalista, enfrentando contrariedades políticas ou financeiras que ditavam o encerramento. Apesar de não ser possível averiguar o número de exemplares impressos destes jornais, tudo indica que a sua quantidade era reduzida.

⁴ O autor é, com grande probabilidade, António Guilherme Ferreira de Castro, tenente de Artilharia, mais tarde proprietário e diretor do jornal *O Atlântico* (1880).

⁵ Refira-se que este valor médio foi amplificado por casos excepcionais como *A comarca de Arganil: semanário regenerador*, o *Correio da Feira: órgão do Partido Regenerador e dos interesses da Feira*, o *Villacondense: órgão oficial do Partido Regenerador do concelho de Villa do Conde*, e o *Semana Thyrsense: órgão do Partido Regenerador*, que perderam os subtítulos mas continuavam recentemente em publicação.

Um dos exemplos mais curiosos de jornais oficiais do Partido Regenerador foi, precisamente, *O Partido Regenerador*. Tratou-se do único jornal oficial do partido publicado em Lisboa, mas teve um período de publicação bastante reduzido: o jornal foi lançado a 1 de agosto de 1887, e o nº 27, o último, foi publicado a 31 de agosto do mesmo ano. Na verdade, apesar de procurar ser um meio de ampla dispersão, a sua criação cumpriu um propósito muito específico no contexto político da época: o jornal foi lançado para servir de meio de imprensa da facção Regeneradora que apoiou a nomeação de António de Serpa Pimentel para chefe do partido, e iniciou a sua atividade precisamente com a publicação do manifesto de apoio a Serpa assinado por 157 personalidades do Partido Regenerador. O diretor e editor d'O Partido Regenerador era Filipe de Carvalho, deputado Regenerador pela Horta entre 1874 e 1887, e o periódico fazia questão de ostentar sob o título a indicação de que era publicado “sob a chefia do conselheiro d'estado Antonio de Serpa Pimentel” (*O Partido Regenerador*, 1 de agosto de 1887: 1).

Ao contrário de *O Partido Regenerador*, os jornais oficiais do Partido Regenerador tratavam-se geralmente de periódicos que publicavam notícias relacionadas com o concelho onde eram produzidos, e que eventualmente davam conta de notícias de caráter nacional caso estas fossem particularmente importantes para a vida dos cidadãos. Eram, principalmente, os meios de os caciques locais do partido passarem informações aos seus correligionários: o *Jornal do Povo*, publicado na Guarda entre 1902 e 1910, apresentava-se como órgão de imprensa do “Centro Regenerador da Guarda – Hintze Ribeiro e José Cavalheiro”, dirigido por Alberto da Silva, que era em simultâneo o líder Regenerador local. O jornal tinha como função central transmitir aos apoiantes do partido na região da Guarda as novidades ocorridas no centro do poder, em Lisboa, comunicando as convocatórias de reuniões e os resultados delas obtidos, e dando conta das principais movimentações governamentais (*Jornal do Povo*, especialmente números de 1909).

Foi-nos possível identificar um total de 67 jornais oficiais do Partido Regenerador, com datas de início de publicação estendendo-se da década de 1870, ao final da Monarquia, em 1910. Para uma melhor avaliação da sua relevância em termos nacionais, optámos por uma transposição da informação para cartografia, recorrendo aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG)⁶.

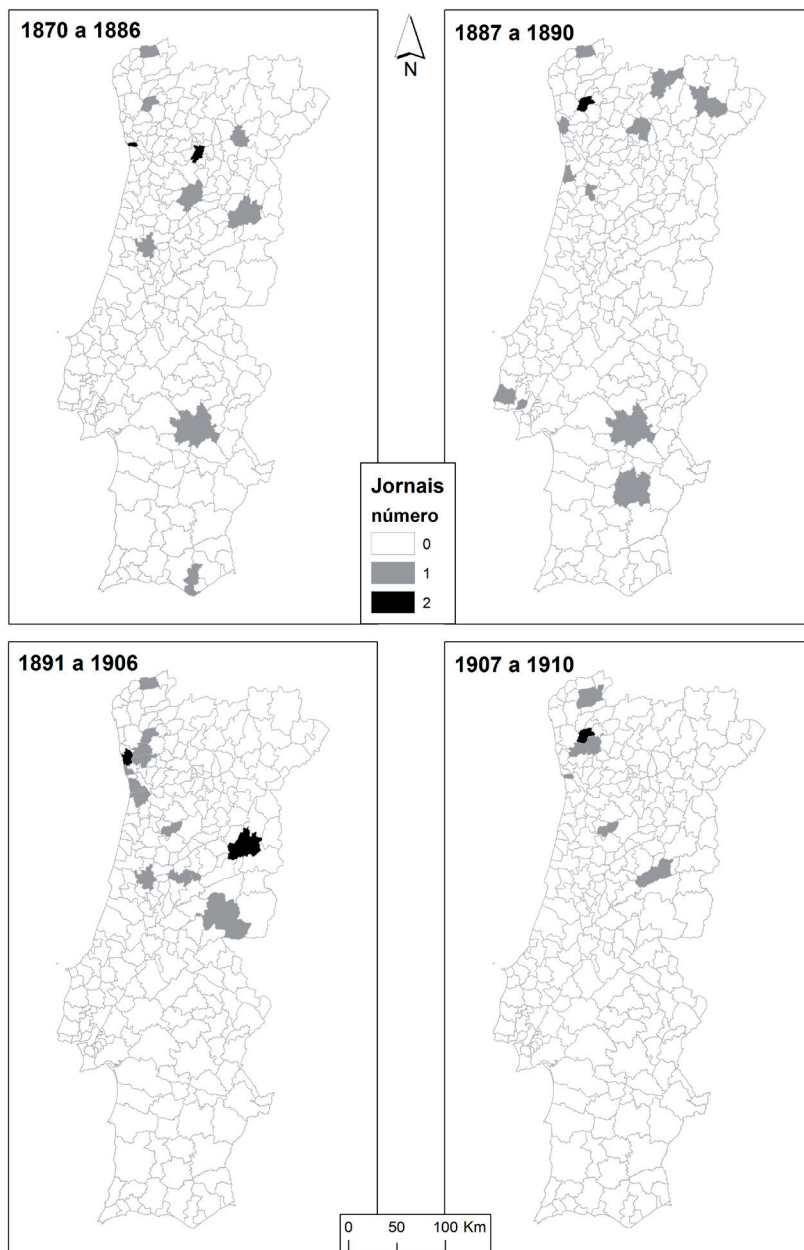
A divisão cronológica escolhida procura refletir diferentes momentos políticos do partido e da nação. Primeiro, entre 1870 e 1886, a liderança

⁶ Para além de um grande número de periódicos em território continental, foi-nos também possível identificar um número significativo nas ilhas, especialmente no arquipélago dos Açores, que não foram incluídos na cartografia por questões de ordem técnica.

dos Regeneradores esteve em grande medida nas mãos de Fontes Pereira de Melo, que durante esses anos desempenhou também funções de governação nacional. Em seguida, entre 1887 e 1890, abriu-se um novo momento dentro do Partido Regenerador, com a morte de Fontes e a consequente emergência da Esquerda Dinástica⁷. Na década de 1890 e início do século XX, o partido esteve, primeiro, sob a liderança oficial de António de Serpa Pimentel e, posteriormente, de Hintze Ribeiro, sendo, contudo, este político que de forma mais determinante influenciou os destinos do partido, que se manteve relativamente estável. Finalmente, a partir de 1907, o partido entrou num período de fragmentação acentuada e de instabilidade na liderança, o que coincidiu também com a agitação política dos últimos anos da Monarquia.

⁷ A Esquerda Dinástica foi um grupo dissidente do Partido Regenerador, formado na sequência da morte de Fontes Pereira de Melo, em 1887, e em desacordo com a nomeação de António de Serpa Pimentel para a liderança do partido. A Esquerda Dinástica foi liderada por Augusto César Barjona de Freitas e chegou a eleger 9 deputados em 1889, desaparecendo, porém, em 1890, no contexto da crise do *Ultimatum*.

Imagem 1. Jornais oficiais do Partido Regenerador, organizados por concelho de publicação (1870-1910)



Fonte: LUCAS 2019: vol. II, 41-44.

Uma análise comparativa da evolução traduzida nos mapas [Imagem 1] leva-nos a considerar que, em primeiro lugar, o grau de cobertura da imprensa a nível nacional era francamente reduzido, sendo que a dispersão dos jornais pelo território não se mostra consistente. Em segundo lugar, contrariando o que seria de esperar do processo de consolidação de um partido político, houve uma progressiva redução no espaço geográfico coberto pelas publicações Regeneradoras. O momento de maior dinamismo parece ocorrer entre o final da década de 1880 e a década de 1890, mais ou menos no mesmo período em que a liderança dos Regeneradores estava formalmente nas mãos de Serpa Pimentel, apesar da influência que nos bastidores detinham políticos como Hintze Ribeiro e Lopo Vaz. Nos últimos anos da Monarquia, assistimos a uma diminuição da geografia abrangida, especialmente no que diz respeito ao Centro e Sul do país. Quanto aos concelhos onde se verificou a publicação de mais de um jornal em simultâneo, localizavam-se essencialmente na Beira (Lamego e Guarda) e na região Norte (Porto, Vila do Conde e Braga), o que podemos relacionar com as diferentes densidades populacionais do país.

O número de publicações e a sua dispersão no território nacional permite perceber que a imprensa oficial foi uma forma de comunicação utilizada pelo Partido Regenerador numa dimensão bastante circunscrita. A grande maioria dos periódicos tinha um intervalo de publicação reduzido, e o seu carácter regional não era colmatado pela quantidade de jornais em atividade simultânea. A imprensa, à época, tinha ainda um alcance limitado, que não sofreu melhorias visíveis ao longo do período estudado, sugerindo uma manutenção deliberada dos períodos nos mesmos moldes de atividade: tratava-se de uma forma de comunicação dirigida à elite, que não tinha verdadeiro impacto na vida partidária. A imprensa partidária regional traduzia-se, em grande medida, como uma ocupação intelectual para alguns apoiantes partidários, através da qual conseguiam mostrar serviço e visibilidade perante a cúpula do partido, obtendo em troca reconhecimento, nomeadamente através do acesso às assembleias-gerais do partido e da aproximação aos centros do poder da capital⁸.

Centros locais

O lento processo de desenvolvimento dos partidos políticos durante a

⁸ Na assembleia de fevereiro de 1909, a mais concorrida do Partido Regenerador, estiveram presentes os redatores de diversos jornais regionais do partido: *O Algarve* (de Faro), *Folha de Beja*, *Distrito de Vila Real*, *A Semana* (Lamego), *A Defesa* (Pombal), *O Alto Minho* (Monção), *Correio da Feira*, *Jornal do Povo* (Guarda), *Folha da Manhã* (Barcelos), *Correspondência de Coimbra*, *Distrito de Aveiro* (*Diário Popular*, 3 e 4 de fevereiro de 1909: 1).

segunda metade do século XIX refletiu-se, entre outros fatores, na sua fraca consolidação em termos de cobertura geográfica nacional. A isto vem juntar-se a circunstância de trabalharmos uma instituição sem fontes arquivísticas diretas: até ao momento não foram encontrados documentos produzidos pelo Partido Regenerador que nos permitam desenvolver conclusões sobre o real número de apoiantes do partido, ou elaborar uma listagem sistemática dos centros locais e dos seus períodos de atividade. Resta-nos, portanto, recorrer a outra tipologia de fontes, nomeadamente as publicações periódicas, para recolher informação partidária.

Os centros locais do Partido Regenerador eram, segundo alguma bibliografia, locais de encontro e convívio de membros e apoiantes do partido (RAMOS 1994: 115). Era nesse ambiente informal que se discutiam assuntos da governação, ou se formavam alianças mais tarde reavivadas no Parlamento. O mesmo ocorria na província, onde os centros partidários eram ponto de encontro de grupos de amigos com interesses políticos em comum.

O primeiro centro regional do Partido Regenerador do qual temos informação – não contando, evidentemente, com Lisboa, cuja existência acompanha todo o período de duração dos Regeneradores – foi fundado em Coimbra em 1870. A sua criação foi publicitada através de correspondência publicada no jornal *Revolução de Setembro*, onde se dava conta de ter ocorrido uma reunião política em Coimbra no dia 7 de agosto, que tinha tido a presidência de Augusto César Barjona de Freitas (*Revolução de Setembro*, 12 de agosto de 1870: 1). O evento tinha sido promovido através de cartas de convite, endereçadas por Barjona de Freitas, António de Carvalho Coutinho e Vasconcelos, António dos Santos Pereira Jardim, Lourenço de Almeida e Azevedo e Francisco Pedro da Silva, figuras relevantes em Coimbra, tanto do ponto de vista político como cultural⁹. A iniciativa era lançada em oposição a uma reunião semelhante, promovida por Miguel Osório Cabral, o influente local do Partido Histórico (MÓNICA 2004: 516-517). Segundo o que relatava o correspondente da *Revolução de Setembro*, na reunião Regeneradora tinham estado presentes mais de 100 pessoas, e tinham sido recebidas ainda 16 cartas de adesão. Um dos objetivos propostos por Barjona de Freitas foi o de se formar um centro

⁹ António de Carvalho Coutinho e Vasconcelos fora deputado por Cantanhede, era à data professor de Química Orgânica na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, e viria a ser governador civil do distrito no ano seguinte. António dos Santos Pereira Jardim era irmão do futuro visconde de Monte São, e tornar-se-ia, poucos anos depois, professor de Jurisprudência na Universidade de Coimbra; Lourenço de Almeida e Azevedo fora membro da Junta Geral do Distrito de Coimbra, era professor da Faculdade de Medicina, chegando a seu diretor, e viria a ser nomeado par do Reino nos anos 80. Quanto a Francisco Pedro da Silva, apenas conseguimos apurar que era vereador da Câmara Municipal de Coimbra. Para mais informações sobre estas figuras ver SOARES 2006: 969-970; FERNANDES 2004: 272-273.

político, que iria filiar-se no centro Regenerador de Lisboa, na época ainda presidido por Joaquim António de Aguiar, oficializando assim a ligação do grupo de Coimbra ao Partido Regenerador. O centro contava à partida com 32 membros, sendo mais tarde nomeada uma comissão executiva composta pelos signatários dos convites que deveria dirigir os trabalhos (*Revolução de Setembro*, 12 de agosto de 1870: 1).

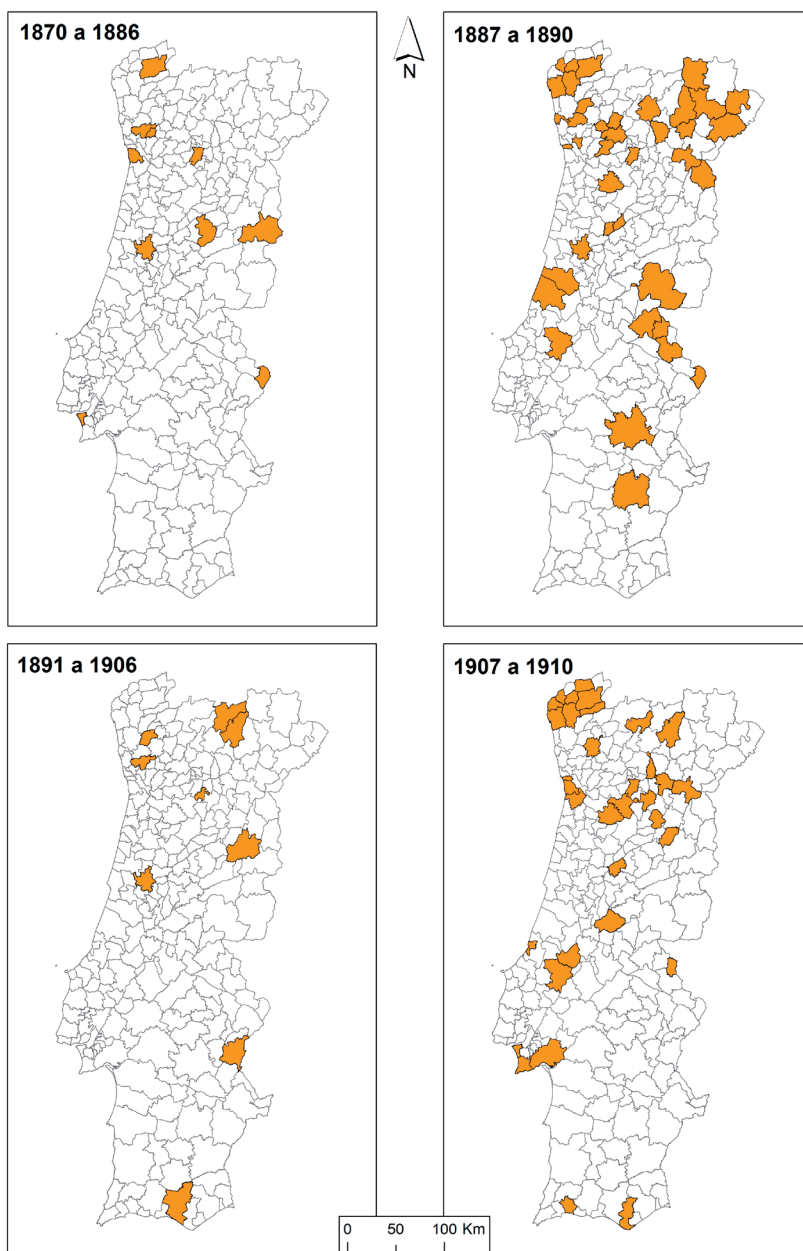
As informações sobre centros locais escasseiam na primeira metade da década de 1880, voltando a aparecer em 1887, aquando da morte de Fontes Pereira de Melo. Tendo em conta que o Partido Regenerador esteve no poder entre 1881 e 1886, parece-nos existir uma eventual relação entre os períodos em que os Regeneradores se encontravam no governo e a menor atividade dos centros locais do partido, dado que dispunham nesses períodos da estrutura periférica do Estado para prolongar a sua influência. Contudo, a forma como a informação sobre os centros locais é divulgada deve também ser tida em consideração numa análise do partido, porque está intimamente relacionada com momentos marcantes da vida partidária: as fontes revelam-nos a existência de um grande número de centros, porque estes publicamente anunciam os seus pêsames pela morte de Fontes Pereira de Melo, ou felicitam a escolha do novo líder, António de Serpa Pimentel. O mesmo acontecerá em 1907, com a morte de Hintze Ribeiro e a eleição de Júlio de Vilhena, momento em que diversos centros enviam correspondência para os jornais do partido na capital, prestando homenagens. Sucede, todavia, que não temos forma de saber há quanto tempo estas agremiações políticas regionais existiam, o que confina a fiabilidade dos dados. No mesmo sentido, só temos informação da existência de centros Regeneradores em importantes localidades do país em datas um pouco tardias, como por exemplo o Porto, em 1887, ou Faro, em 1910, o que nos parece, na melhor das hipóteses, tardio ou mesmo pouco provável (*Revolução de Setembro*, 25 de janeiro de 1887: 1; *Diário Popular*, 18 de janeiro de 1910: 2).

Nos últimos anos da Monarquia Constitucional, o Partido Regenerador parece ter investido na organização da sua estrutura, nomeadamente no que diz respeito à convocação de membros do partido para iniciativas de relevância, como a escolha de novos líderes. Quando, em 1907, foi necessário proceder à escolha do sucessor de Hintze Ribeiro, a direção do partido convocou uma reunião geral dos Regeneradores, procedendo pela primeira vez na história desta organização a um recenseamento dos indivíduos com poder de voto (*O Popular*, 5 de outubro de 1907: 1). Dois anos mais tarde, quando Júlio de Vilhena pediu a demissão do cargo de líder dos Regeneradores, foi novamente convocada, através da imprensa da época, uma assembleia-geral, na qual deveriam tomar parte todos os ministros de Estado honorários, pares do Reino,

deputados, antigos deputados e antigos governadores civis que em data fixada no anúncio fizessem parte do Partido Regenerador (*Novidades*, 27 de dezembro de 1909: 1). Tratava-se da primeira reunião do partido onde se fazia uso de um critério semelhante para a definição do conjunto de membros com poder de voto, o que é revelador sobre a evolução do grau de maturidade do aparelho partidário, e da sua tentativa (ainda que pouco eficaz) de modernização e fixação do conjunto dos seus membros.

À semelhança do que fizemos com os jornais do partido, recolhemos informações sobre um conjunto de centros locais do Partido Regenerador, que posteriormente cartografámos através dos SIG, na tentativa de obter uma perspetiva mais ampla [Imagem 2] (LUCAS 2019: vol. II, 34-40). A divisão cronológica é análoga à que foi utilizada anteriormente para os mapas relativos às publicações periódicas.

Imagem 2. Dispersão nacional dos centros locais do Partido Regenerador (1870-1910)



Fonte: LUCAS 2019: vol. II, 34-40.

Nos primeiros anos em estudo, entre 1870 e 1886, ou seja entre o aparecimento das primeiras informações referentes a centros do partido e o momento imediatamente anterior à morte de Fontes Pereira de Melo, a rede de centros Regeneradores é muito reduzida, sendo a sua atividade essencialmente eleitoral. A dispersão geográfica dos centros não é coerente, surgindo casos pontuais nos distritos de Viana do Castelo, Porto, Viseu, Guarda e Coimbra, aos quais se juntam, mais a sul, um centro em Almada e um em Campo Maior. Aquando da morte de Fontes Pereira de Melo, em 1887, e da sua conturbada sucessão na liderança partidária, surgem informações sobre vários centros Regeneradores. Estes estariam com grande probabilidade em funções em anos anteriores, não tendo sido fundados naquele momento. Não temos, porém, fontes que nos confirmem essa hipótese, pelo que somos forçados a registá-los apenas a partir de 1887.

Neste segundo período vemos que existe uma maior atividade local do partido, nomeadamente no Norte do país, nos distritos de Viana do Castelo, Braga e Bragança, e na área entre os distritos de Portalegre e Castelo Branco. Verificámos ainda que existe uma coincidência entre as regiões com maior presença de centros locais e os círculos eleitorais com vitória Regeneradora nas eleições de 1887 e 1889, pelo menos no que diz respeito aos distritos de Viana do Castelo e Braga, e à região de Castelo Branco, o que sugere uma relação entre estrutura partidária local e eficácia eleitoral (ALMEIDA 1991: 271-273)¹⁰.

Entre 1891 e 1906, o partido parece entrar uma fase de inatividade no que se refere à dinâmica local, que pode na realidade ter-se ficado a dever à inexistência de momentos de agitação da vida interna do partido, durante os quais os centros locais comunicam mais intensamente com a imprensa do partido na capital. Isto leva-nos a colocar a questão, que fica sem resposta, de saber se alguns dos centros locais identificados em anos anteriores se mantinham em funcionamento, mas não surgindo nas fontes. Por fim, no último período em estudo, dispomos novamente de um maior conjunto de informação no que diz respeito aos centros locais, nomeadamente aquando do falecimento de Hintze Ribeiro e da eleição de Júlio de Vilhena. Mais uma vez se confirma o maior dinamismo dos centros dos distritos do Norte, como Viana do Castelo e Braga, mas também se observa uma maior atividade nos distritos da Guarda e de Viseu. A análise dos dados permite concluir que o Partido Regenerador não dispunha de uma estrutura sólida e organizada de centros locais, com participação eficaz nos momentos eleitorais ou de tomada de decisão interna do partido.

¹⁰ As vitórias eleitorais nos círculos da Beira Baixa estiveram também associadas a alianças com o grande influente regional Manuel Vaz Preto.

Tendo em conta as conclusões obtidas anteriormente sobre a dispersão da imprensa periódica do partido, a que agora se somam estas sobre os centros locais, podemos assim responder às questões colocadas inicialmente: a existência e dispersão dos jornais oficiais do Partido Regenerador seguia um modelo essencialmente pessoalista, dependendo de determinados líderes ou grupos locais para garantir o seu financiamento, e retribuindo a estes através da divulgação de informações e do favorecimento da análise jornalística. Além disso, não existia uma rede de centros locais do partido a funcionar de forma coordenada e coesa, existindo sim alguns pontos dispersos no mapa cuja relevância eleitoral é sugerida, mas não comprovada.

A visão de síntese permite-nos concluir que o Partido Regenerador não recorria de forma constante à imprensa e aos centros para chegar aos seus membros e organizá-los, o que nos leva a colocar a questão: de que modo se produzia, então, a comunicação política entre a liderança do partido e os apoiantes e votantes?

Influente locais e caciquismo

A ideia apontada pela historiografia ao longo dos anos para responder à pergunta colocada anteriormente tem sido a de que os partidos políticos deste período histórico se amparavam sistematicamente numa rede de caciques e influente locais, figuras com as quais o partido convivia numa relação assente nos interesses e na troca de favores.

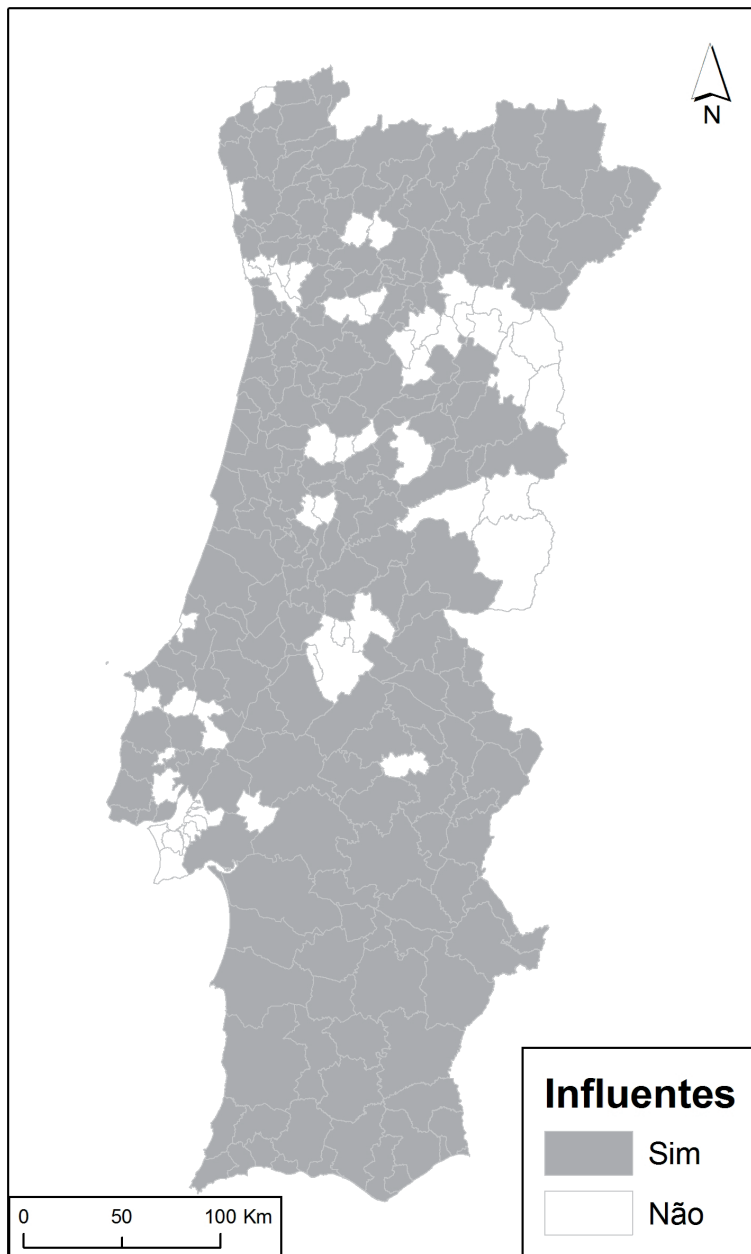
O cacique foi apresentado historiograficamente como “a personagem central das eleições oitocentistas” (ALMEIDA 1991: 129). Os caciques seriam, assim, fundamentais na história política portuguesa do século XIX, sendo muito mais do que meros subordinados dos grandes partidos no contexto local: serviam de intermediários entre o centro e a periferia, entre a liderança partidária e a população, mas mantinham, na maioria dos casos, uma capacidade de intervenção nas decisões que lhes permitia, por exemplo, influir na escolha dos candidatos a deputados por determinado círculo e exigir apoios ou favores em troca de votos¹¹.

Dada a inexistência de documentação oficial do Partido Regenerador, recorreremos a arquivos de figuras ligadas à sua liderança, que nos permitissem analisar de forma mais detalhada a importância do caciquismo na vida desta organização política.

¹¹ Sobre a importância do caciquismo na política local, e as características específicas das influências políticas no plano regional, ver o recente estudo de Nuno Pousinho para a região de Castelo Branco (POUSINHO 2016).

No espólio de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro existe um manuscrito inédito intitulado *Cadastro das Influencias Politicas do Partido Regenerador*, constituído por uma lista extensa e geograficamente organizada de indivíduos identificados como caciques regionais do partido (BPARPD, AERHR, doc. 1.8.9.1, *Cadastro...* [1898-1899]). A recolha dos dados apresentados e sua incorporação nos SIG facultou-nos uma perspetiva mais rigorosa da cobertura real que esta forma de controlo político dava aos Regeneradores [Imagem 3]. Sublinhe-se que este documento, segundo a data atribuída por arquivistas, terá sido elaborado antes do falecimento de António de Serpa Pimentel, ou seja, quando Hintze Ribeiro não era ainda o líder oficial do Partido Regenerador. Contudo, era ele quem controlava a comunicação entre a cúpula partidária e os influentes locais, pelo que este documento é também prova da importância que Hintze Ribeiro tinha nos bastidores do partido enquanto Serpa Pimentel era ainda o líder oficial dos Regeneradores.

Imagem 3. Influentes do Partido Regenerador [1898-1899]



Fonte: BPARPD, AERHR, doc. 1.8.9.1, *Cadastro das Influências Políticas do Partido Regenerador [1898-1899]*.

A análise dos dados permite verificar que a rede de influentes do Partido Regenerador produzia uma cobertura quase global dos concelhos do país, em total disparidade com o que observámos para a imprensa e os centros locais do partido.

Segundo o mapa, as regiões onde, à data, o Partido Regenerador dispunha de um menor sistema de influências políticas eram as Beiras Alta e Baixa, especialmente a zona fronteiriça dos distritos de Castelo Branco e da Guarda, e a região limítrofe do distrito de Lisboa, especialmente no que diz respeito à Península de Setúbal. Esses dados são também interessantes para se perceber algumas questões de natureza local: em Castelo Branco imperava ainda Manuel Vaz Preto, um indivíduo muito autónomo em termos políticos, cujo caciquismo regional se fizera sentir com grande evidência nas décadas anteriores, e que condicionara de forma determinante as relações com os Regeneradores. Vaz Preto tinha, contudo, uma idade avançada, e fizera um acordo com os Progressistas para lhes deixar o seu legado político local, o que se refletia no escasso domínio de influentes Regeneradores na região (POUSINHO 2016: 114-118). Já em Setúbal pontificavam figuras independentes como Mariano de Carvalho e Augusto Fuschini, que obtinham apoios suficientes para conseguir chegar ao Parlamento em eleições intensamente controladas, como foi o caso do escrutínio legislativo de 1901.

Este documento inédito, cujo rico conteúdo pode ainda ser estudado sob diferentes perspetivas, nomeadamente do ponto de vista da prosopografia partidária, confirma o argumento historiográfico que coloca o caciquismo como principal forma de gestão política utilizada pelos líderes partidários portugueses numa fase avançada da Monarquia Constitucional, afastando os grandes partidos políticos dinásticos de qualquer aproximação à política de massas.

Notas finais

Podemos, assim, concluir que o Partido Regenerador – como outros partidos monárquicos portugueses – não tinha interesse em investir numa rede de jornais e centros locais consistente, o que se refletia na limitada frequência das suas atividades, na irregularidade do seu funcionamento, e no impacto muito reduzido que tinham não apenas na vida partidária mas também no espaço social. Mais relevante ainda é pensarmos que o caciquismo foi tanto causa como consequência disso. A política de influências foi, até ao fim da Monarquia Constitucional, e mesmo depois disso, o principal meio de gestão partidária utilizado pelos líderes políticos¹². As razões para

¹² O caciquismo num período posterior à Monarquia Constitucional foi estudado por Fernando Farello Lopes (LOPES 1994).

a manutenção do caciquismo, em detrimento da construção de redes de centros locais e da procura ativa de militantes e adesões, parecem estar ligadas à evidente eficácia deste método na produção dos resultados desejados pelos governantes. Os partidos dinásticos, e como epítome o Partido Regenerador, eram máquinas políticas eficazes na medida em que se movimentavam numa sociedade com características muito específicas, em que o caciquismo era um mecanismo suficientemente seguro para atingir os seus objetivos políticos. A utilização do caciquismo e do clientelismo não era, além do mais, um exclusivo dos partidos da Regeneração, sendo prática corrente tanto em momentos anteriores como noutros países europeus¹³. Em suma, e aqui repousa o nosso argumento, o Partido Regenerador optou pela estratégia do caciquismo, em detrimento da construção de um aparelho partidário de caráter moderno e potencialmente mais democrático, porque aquele se revelou eficaz o suficiente para obter os resultados eleitorais pretendidos e, em última análise, para garantir o poder necessário à sua manutenção enquanto escolha governamental.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Correspondência de Fontes Pereira de Melo, cx. 1, doc. 2, carta de A. G. Ferreira de Castro para Fontes Pereira de Melo, de 14 de setembro [1879].

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Arquivo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, doc. 1.8.9.1, *Cadastro das Influencias Politicas do Partido Regenerador* [1898-1899].

Fontes impressas

PRAÇA, José Joaquim Lopes (1997). *Direito Constitucional Português*, vol. II. Edição fac-símile. Coimbra: Coimbra Editora.

SOUSA, António Teixeira de (1912). *Para a história da revolução*, vol. I. Porto: Typografia da Empresa Literaria e Typográfica.

¹³ Um dos exemplos da utilização do clientelismo e da compra do voto em Portugal antes de 1851 foram as eleições de 1842, sob o Cabralismo, estudadas por Sandra Coelho (COELHO 2007). No que diz respeito ao estrangeiro, existem vários estudos nesse sentido para outros países europeus: VARELA ORTEGA 2001; DARDÉ 2012: 47-70; EISENSTADT e LEMARCHAND 1981. Portugal só se apresenta como caso relevante no que diz respeito à interferência direta do governo nos processos de caciquismo eleitoral, em igualdade com as parcialidades políticas da época, o que se deve à “vocação centralizadora” do Estado (ALMEIDA 1991: 26).

Publicações periódicas

- Diário do Governo*, Lisboa (1851 e 1866).
Diário Popular, Lisboa (1872-1896; 1907-1910).
Jornal do Povo, Guarda (1909-1810).
Novidades, Lisboa (1885-1910).
O Partido Regenerador, Lisboa (1887).
O Popular, Lisboa (1896-1907).
Revolução de Setembro, Lisboa (1849-1892; 1900-1901).

Estudos

- ALMEIDA, Pedro Tavares de (1991). *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel.
- ALVES, José Augusto dos Santos (2000). *A opinião pública em Portugal, (1780-1820)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- CAETANO, Marcello (1935). *A codificação administrativa em Portugal (Um século de experiência: 1836-1935)*, separata da *Revista da Faculdade de Direito*. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade.
- COELHO, Sandra Maria Esteves (2007). “*O Negócio da Urna*” – *As eleições de 1842*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- DARDÉ, Carlos (2012). “Eleições e recrutamento parlamentar em Espanha”, in Pedro Tavares de Almeida e Javier Moreno Luzón (coord.), *Das urnas ao hemiciclo: eleições e parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*. Lisboa: Assembleia da República, 47-70.
- DUVERGER, Maurice (1970). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- EISENSTADT, S. N. e LEMARCHAND R. (dir) (1981). *Political clientelism, patronage and development*. London: Sage.
- FERNANDES, Paulo Jorge (2004). “AZEVEDO, Lourenço de Almeida e”, in Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, I, 272-273.
- FERNANDES, Paulo Jorge (2012). “Os Actos Adicionais à Carta Constitucional de 1826”. *Historia Constitucional*, 13, 563-583.
- LOPES, Fernando Farelo (1994). *Poder político e caciquismo na 1ª República Portuguesa*. Lisboa: Estampa.
- LUCAS, Patrícia Isabel Gomes (2019). *Partidos e política na Monarquia Constitucional: o caso do Partido Regenerador (1851-1910)*. Tese de Doutoramento em História Con-

- temporânea. 2 vol. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, e SOUSA, Fernando de (coord.) (2003). “Portugal e a Regeneração”, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. X. Lisboa: Editorial Presença.
- MARTINS, Conceição Andrade (1997). “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”. *Análise Social*, XXXII (142), 483-535.
- MIRANDA, Paula Cristina Galvão Mateus (2002). *As origens da imprensa de massas em Portugal: o Diário de Notícias (1864-1889)*. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus. Évora: Universidade de Évora.
- MÓNICA, Maria Filomena (1996). “As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910”. *Análise Social*, vol. XXXI (139), 1039-1084.
- MÓNICA, Maria Filomena (2004). “CABRAL, Miguel Osório”, in Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 516-517.
- POUSINHO, Nuno Manuel Camejo Carriço (2016). *Pretos e Brancos. Liberalismo e Caciquismo no distrito de Castelo Branco (1852-1910)*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- RAMOS, Rui (1988). “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo”. *Análise Social*, XXIV (103-104), 1067-1145.
- RAMOS, Rui (coord.) (1994). *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SARDICA, José Miguel (2012). “O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional”. *Análise Social*, XLVII (203), 344-368.
- SOARES, Maria Isabel (2006). “VASCONCELOS, António de Carvalho Coutinho e”, in Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*, vol. III. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/ Assembleia da República, 969-970.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de (1983). *Os partidos políticos no direito constitucional português*. Braga: Livraria Cruz.
- TENGARRINHA, José (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- VARELA ORTEGA, José (2001). *Los amigos políticos: partidos, elecciones y caciquismo en la restauración (1875-1900)*. Madrid: Marcial Pons.
- WEBER, Max (1979). *O político e o cientista*. Lisboa: Editorial Presença.

